

INFERÊNCIAS NA ORALIDADE: A REFLEXÃO ORAL E ESCRITA

Autor: Alexandre Rosa
Coautor: Antônio Carlos Coqueiro Pereira
Coautor: Warley Teixeira Gomes
Professora Orientadora: Dra. Mônica Muniz

Introdução

O papel da leitura tem função fundamental no desenvolvimento, crescimento e no intelectual do ser humano. Para basicamente tudo ela é necessária, desde uma simples lista de compras, uma lista telefônica até a necessidade de extrair informações científicas e acadêmicas. A leitura, entretanto, não pode ser uma mera decodificação de letras e palavras, e sim, um processo amplo e complexo que suscita do leitor vastos conhecimentos, além da noção linguística que em conjunto e respectivamente devem ser trabalhados com o objetivo de desenvolver a aptidão leitora dos indivíduos. Contudo, a partir dos gêneros em debate, de que maneira as inferências na oralidade podem ser sistematizadas? Quando é entendida a oralidade pelo professor? Como a situa na afinidade do ensino? Esse ponto, que permeia toda essa indagação, centra-se no fato de ser considerada essencial a utilização de atividades significativas que possam conceber propósitos, de forma que uma seja a extensão da outra. Assim, a intenção deste artigo é meditar enunciações no que se refere a seu entrosamento sobre as inferências na oralidade, com um acordo de que linguagem são intercâmbios social, e, conseqüentemente, distintas percepções de linguagem, sobretudo, a língua na sua versão oral e escrita. Para tanto, é necessário que os professores trabalhem estratégias que os auxiliarão na concepção plena do texto, entretanto, o que se lê e como se lê são formas entusiasmadas pela intenção do leitor diante da boa leitura. A forma como a leitura deve ser feita e até mesmo o tempo gasto com ela partirá do objetivo prévio traçado suas estratégias, ora automaticamente, ora intencionalmente consciente de seu papel no resgate do conhecimento na elaboração de hipóteses, de inferências e de possibilidades para determinado texto e contexto. Diferentemente, por suas necessidades de síntese e por sua exigência quanto ao aprofundamento da fundamentação teórica, permite a

análise de casos específicos e a apresentação de reflexão e de posicionamento sobre tais casos de forma mais experimental e subjetiva.

Mesmo hoje nenhuma pessoa sabe esclarecer direito em que consistiu à causa fundamental para o predomínio da escrita. Deste modo, é difícil precisar qual foi à causa primordial para a criação da escrita, que, provavelmente, não foi à mesma os povos da época, nem, com veracidade, foi simplesmente uma, mas a confluência de várias. O que se pode dizer com total convicção é que a invenção da escrita significou um amplo progresso para o crescimento do homem, pois ela representa as ideias que podem continuar a ser historiadas por muitos anos da nossa história. Diante disso, a possessão da linguagem escrita sinaliza o início da história humana, pois seu uso desenvolveu o diálogo e a comunicação dos homens, consentindo-lhes remontar as barreiras do tempo no atendimento de mensagens, promoveu o intercâmbio de comunicação, bem como, ter auxiliado no desenvolvimento social e intelectual do ser humano.

Este abranger, porém, o caráter intelectual e social da escrita perante a humanidade. Sua enunciação deve ser envolvida como um diálogo intelectual e social, sendo uma unidade base da língua; ventila-se de um debate/discurso interior e exterior. Ela é de caráter igualitário, deste modo, ideológica. Desse modo, o foco central desse artigo está direcionado ao estudo da inferência da oralidade: reflexão oral e escrito, especificamente, no processo inferencial, tendo em vista o seguinte objetivo geral:

- ✓ Discutir a importância da oralidade no processo inferencial dos professores/alunos leitores e escritores e seus diversos conhecimentos na transformação do seu universo sociocultural, numa visão oral e escrita.

Tendo o intuito de mostrar as inferências na reflexão da linguagem, e sendo capaz de construir e ampliar seus conhecimentos, esse artigo apresenta três objetivos específicos, a saber:

- ✓ Refletir sobre a perspectiva do saber ler e suas implicações sobre a seriedade da leitura como ferramenta de informação neste mundo contemporâneo.

- ✓ Proporcionar os direitos de aprendizagem, levando em consideração a oralidade como um eixo necessário para o desenvolvimento linguístico.

- ✓ Estabelecer a concepção e a afinidade que tem entre a fala e a escrita para uma leitura prazerosa e uma boa produção textual.

É notório que os afazeres docentes convencionam-se sob uma afinidade tripartida: o conhecimento, o professor e o aluno. Ao educador, em específico, há várias probabilidades de exercer uma relação quanto seu papel social diante o ensino. No processo de ensino da língua oral e escrita, qualquer que seja o nível de ensino, as atividades docentes carecem de entreter o ensino da multiplicidade da linguagem, sob uma linha de eixos condutores: oralidade, leitura, produção de textos e análise linguística. Diante dessas afirmações, e, visando à articulação entre os elementos, quando se ensina a língua materna: a oralidade. A oralidade, ao curso dos outros meios linguísticos, mesmo que seja tema periódico e que precisamente percebe-se que qualquer professor tem conhecimento de sua importância social e no processo ensino aprendizagem.

A linguagem é compreendida como ferramenta de intercâmbio social e cultivadora de conhecimento. Essa percepção supera a compreensão da linguagem como preceito pré-estabelecido, estático, centrado no código. Bakhtin afirma que a verdadeira substância da língua (...) não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas (...) mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações (1986, p.109).

O que nos preocupa é justamente a limitação dos canais por onde circulam as informações na escola. Se elas estiveram limitadas ao livro didático, acreditamos que a leitura e a escrita poderão assumir um caráter utilitário, restrito a interpretações superficiais, sem que o aluno seja capaz de estabelecer relações entre o lido e o escrito, e o vivenciado em suas práticas sociais cotidianas.

A oralidade surge como incorporação funcional das capacidades a que conduz o aprender a ler e escrever, ora para narrar, descrever e argumentar fatos e histórias, ora como procedimento do ensino, seja no envolvimento dos professores, alunos e na atuação dos pais quanto ao instruírem seus filhos nas atividades em casa. Foquei sobre a oralidade no ponto de vista de ser uma porta formidável para entender o verdadeiro papel da linguagem na formação do indivíduo, tanto na forma oral, quanto na forma escrita ocupando um intercâmbio social no processo ensino e aprendizagem.

Paulo Freire (1992) afirma que o leitor alcança a compreensão de um determinado texto utilizando a sua criatividade e que, para tanto, faz uso da sua percepção de mundo, ou seja, adequar a partir do que ele conhece do mundo correlacionado ao que é apresentado no texto. Dessa forma, pode-se admitir que a sua compreensão ultrapasse em importância a simples leitura das palavras, já que a

compreensão leva o leitor a uma experiência, mínima que seja, de um momento crítico. E, sendo assim, ela é uma ação inteligente que proporciona ao sujeito uma adoção de postura crítica frente ao universo das relações socioculturais estabelecidas.

Vivemos inseridos num contexto em que somos estimulados à leitura a todo instante. Incorporamos práticas de leitura diversificadas que nos exigem competência e habilidades a cada contato com os diversos gêneros do discurso que circulam no cotidiano. Mas, no contexto escolar as coisas não parecem ser tão naturais assim, visto os inúmeros problemas aliados às dificuldades de compreensão dos textos escritos.

De qualquer modo, a veracidade presente e transparente é que o “jeito” que a escola motiva, é o que precisa ser ensinado, ou a maneira como se lecionou, seja o ainda utilizado por muitos professores. É o que vai conseguir atingir o fim esperado: o aprendizado do aluno. E, por isso, não ser um fato concreto, em muitas ocasiões, cresce-nos próprios professores um anseio de aflição ou frustração em analogia a si mesmo, ou em relação ao seu ensino.

O problema do ensino da oralidade e da escrita na escola ocorre na própria conceitualização do que é a oralidade e a escrita, na forma com que é avaliada pelos professores, no papel que ocupa na Proposta Pedagógica da Escola e, naturalmente, nas práticas pedagógicas que são adotadas para ensiná-la.

Conforme MARCUSCHI (2001), a oralidade e a escrita possuem características próprias; assim, a escrita não consegue reproduzir fenômenos orais tais como os gestos, as prosódias, os movimentos corporais e faciais, por outro lado, a fala não consegue representar elementos significativos da escrita.

Em meio às “mudanças paradigmáticas” ocorridas no ensino de língua portuguesa a partir da década de 1990 (RANGEL, 2001, p.10), os gêneros textuais orais e escritos passam a ter maior visibilidade como ferramentas mediadoras do processo de ensino/aprendizagem para todos os eixos de ensino da língua portuguesa (leitura, produção textual, análise linguística e oralidade).

Segundo afirmam SCHNEUWLY e DOLZ (2004), o ensino da linguagem oral e o seu uso ocupam um lugar limitado nas escolas em consequência das poucas indicações metodológicas e didáticas e de lacunas apresentadas na formação dos professores.

Dar visibilidade à oralidade não implica ignorar o papel que tem a escola de formar sujeitos competentes no uso da leitura e da escrita (KLEIMAN, 1995; MARCUSCHI, 2001; SOARES, 1999), porém converge para pormos em relevo o lugar e o papel da oralidade nas diferentes práticas de ensino, sejam elas nas propostas dos livros didáticos ou nas ações de ensino dos professores.

Pretendemos ressaltar, com isso, que carece permanecer claro aos alunos que a língua é viva, heterogênea, multifacetada, variável e que, portanto, há variedades linguísticas e que todas merecem ser respeitadas. Todavia, mesmo sendo papel da escola apresentar e discutir essas multiplicidades da língua, por ser ela transformadora cidadã, a cobrança que regula sua atuação, de forma mais contundente, relaciona-se ao ensino de gêneros que fazem parte da esfera pública, e concordamos com isso, pois os alunos e professores serão cobrados quanto a esse saber nas mais diversas situações formais pelas quais, provavelmente, irão passar. É necessário ao professor ter bom senso para saber como proceder quando for preciso entrar nesse âmbito do ensino de línguas. No que referir-se ao ensino de língua oral, os PCN regulam que:

Ensinar a linguagem oral deve significar para a escola possibilitar usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que a palavra pública tem no exercício da cidadania (BRASIL/MEC, 1998, p.67).

É importante tentar dilatar nos alunos a capacidade de saber ouvir o outro atentamente, pois, ao saber escutar, o aluno aprenderá a respeitar e a ter atenção para com o colega e com o professor. Este critério é um elemento fundamental para o bom desenvolvimento da produção textual oral.

Tudo isso, entretanto, necessita ser cuidadosamente trabalhado e habilitado pelos professores, a fim de que os alunos tornem-se leitores ativos, capazes de ambicionar e selecionar conhecimentos e informações básicas de um texto e possam, assim, tecer simultaneamente os caminhos para a sua compreensão sobre os conhecimentos prévios, previsões, antecipações, e inferências em sua oralidade.

Mas afinal, o que significa ensinar a oralidade? Ensinar a oralidade é ensinar os gêneros textuais orais, o que implica observar toda a sua condição de produção e realização (CAVALCANTE e MELO, 2006). Esse ensaio deve ocorrer através dos gêneros textuais orais específicos, conforme sinalizam os documentos oficiais (BRASIL, 1997; PNLD, 2010). Os gêneros textuais, por sua concretude e

historicidade, auxiliam os professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, constituindo-se para o aluno como um ponto de referência em sua atividade escolar (KOCH, 2002; MARCUSCHI, 2005, 2008).

O ensino da modalidade oral da língua na escola significa, conforme pudemos conferir na citação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), propiciar aos alunos o desenvolver de potencialidades que envolvam utilizações da língua em gêneros orais formais. Ao assimilar métodos nesse viés, é presumível tornar o aluno desenvolvido também nos diversos eventos de comunicações em que ele possa estar inserido em momentos formais de sua vida. Trabalhar a oralidade por meio de gêneros é uma sugestão das informações oficiais que gerem a educação em nosso país e que deveria vigorar desde 1998.

A influência mútua propiciada pela linguagem oral é, em muitos fatos, essencial ao ser humano. Entretanto, para que alguma pessoa possa obter o pleno domínio dessa modalidade da língua, se faz pertinente incidir por um processo de aprendizagem. Arriscamo-nos a descrever que seria conexo ensiná-la na escola, deste modo, assim como são ensinadas na modalidade de escrita e da leitura. Essa questão, infelizmente, ainda hoje, em pleno século XXI, semelha não assinalar tantos progressos empíricos no que diz respeito às práticas em sala de aula, uma vez que o trabalho com gêneros orais padeceu uma diminuição desde o século XIX, quando se ensinava oratória, e isso significa refletir sobre o fato de muitos professores não saberem como proceder com esse ensino, pois até mesmo os livros didáticos, que trazem gêneros orais em seus textos, muitas ocasiões não proporcionam um método para abordá-los. Com essa profunda reflexão retorna a problemática que nos impulsionou até esse momento, a qual gravita em torno do seguinte questionamento: de que maneira as inferências na oralidade podem ser sistematizado a partir dos gêneros em debate? Quando é entendida a oralidade pelo professor? Como a situa na afinidade do ensino?

Os gêneros textuais são “mega-instrumentos” (SCHNEUWLY, 2004) heterogêneos e flexíveis, historicamente construídos em resposta às demandas e atividades socioculturais. A capacidade adaptativa e a ausência de rigidez fazem com que os gêneros textuais sejam um construto histórico que não se centra nem na substância nem na forma do discurso, mas na ação social.

Perante os embates sobre a fala e a escrita, os indicativos gerais que orientam a área de Linguagens sugerem que uma das finalidades da reflexão a propósito da

língua é debater as afinidades entre a fala e escrita. A sugestão idealiza a analogia entre as modalidades de caráter da língua dentro das inter-relações, das sobreposições, das gradações e mesclas, ultrapassando o mito da preeminência social e cognitiva da escrita sobre a oralidade.

Isso quer dizer que a interpretação sobre determinado texto e contexto, fundamenta-se no domínio discursivo da leitura e da escrita. Sendo assim, as inferências da oralidade permitem novas reflexões e debates, estimula ao posicionamento e proporciona maior livre-arbítrio para fazê-lo, diante da análise-reflexão perante um texto ou tema debatido, não se deparando diante do contexto em que está inserido. Pois, como dispõe MEDEIROS (2000), o ensaio é problematizador e nele devem se sobressair o espírito crítico do autor e a originalidade em debate.

Interpretar o mundo é interagir como cidadão da própria narrativa de vida social e cultural, ou seja, da própria história. É ter consciência dos métodos que intervêm na sua vivência como ser social e político. O indivíduo só é capaz de fazer uma leitura e escrever, bem como, captar o que se oferece através do dinamismo fruto de um mundo, para nele intervir e atuar, pressentindo-se, então, motivado para a oralidade e escrita. Nesse aspecto, a leitura dos vocábulos escrita só se alcança quando interage com o espaço em que o aluno se sente sujeito, portanto, quando existe uma estreita semelhança com o trabalho e o contexto em que almeja e participa.

LAJOLO comenta sobre Paulo Freire dizendo: para Paulo Freire, leitura boa é a leitura que nos empurra para a vida, que nos leva para dentro do mundo que nos interessa viver. E para que a leitura desempenhe esse papel, é fundamental que o ato de leitura e aquilo que se lê façam sentido para quem está lendo. Ler, assim, para Paulo Freire, é uma forma de estar no mundo (LAJOLO, 2003. p.5).

No mundo do conhecimento, caracterizado pela circulação na sociedade de um amplo e diversificado volume opúsculo de conhecimentos e informações, a idoneidade de ler, escrever e de interpretar textos em múltiplas linguagens é indispensável aos professores e alunos, pois sem ela torna-se mais complicado ter ascensão aos subsídios de informações e, sobretudo, estabelecer afinidades entre o mundo interior e exterior de sua vivência.

O desenvolvimento de informações tecnológico exige um leitor competente. Esse leitor é prestigiado por LAJOLO como: “O leitor que, diante de um texto escrito, tenha a autonomia suficiente para atuar desde a decodificação da mensagem no seu aspecto literal até o estabelecimento de um conjunto mínimo de relações estruturais,

contextuais que ampliem a significação do texto a tal ponto que se possa considerar ter havido, efetivamente, apropriação da mensagem, do significado na multiplicidade de relações estabelecidas entre texto e leitor, entre textos, com o mundo” (LAJOLO, 1999, p. 105).

Entretanto, ler é muito além do que uma ferramenta escolar de decodificar sons. É uma viagem para o princípio na cultura oral e escrita. Não se pleiteia uma cidadania íntegra sem o emprego da leitura e da escrita. Saber ler e compreender o que está lendo na escola é se sentir inserido em uma sociedade letrada e contextualizada. A leitura não é simplesmente a assimilação do ato de ler e escrever. Abrange o domínio adjacente de aprendizados culturais que demandam uma abrangência de mundo distinto daqueles que não têm ingresso à mesma. Ela apresenta um papel tanto expressivo na sociedade que podemos dizer que cria novas identidades, novas formas de inserção social entre o professor e o aluno em seu mundo social.

Diante de tudo isso, este artigo visa à importância da aceção de que um texto não está apenas naquilo que nele está escrito, e sim transparecer as características do gênero em discurso, a fim de colaborar nas especificidades e estratégias em qualquer tipo de texto com o qual se deparar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprender a ler e escrever não são uma das finalidades importantes da história escolar. É uma vivência ímpar. Ao dominar a leitura e a escrita nos dá a possibilidade de adquirir conhecimentos, desenvolver raciocínios, dilatar a visão de princípios da realidade de si mesmo e do outro e participa ativamente da vida social.

Entretanto, até os dias atuais, a leitura é uma problemática para muitos homens e mulheres. Cabe à escola e aos professores, em meio a tantas mudanças tecnológicas e sociais, estimular a oralidade e a escrita, melhorar as estratégias, principalmente de compreensão e oferecer muitos e variados textos em relação ao convívio social.

O problema do ensino da leitura e da escrita ocorre, em vários aspectos como a ausência de um trabalho interdisciplinar dos professores para com seus alunos, a dificuldade de conceitualização do que é ler e escrever e sua importância para a vida dos alunos e toda comunidade escolar.

O desenvolvimento desse artigo é vista como um processo cultural na acepção que se confina a partir de influências mútua. Assim, não existe texto sem a presença do leitor. É o leitor que produz vida e dá voz ao texto e ao contexto de mundo. E é no arranjo das vozes que os interlocutores dos textos vão se formando.

Importante compreender que todo escrito dialoga com a cultura e com a leitura de mundo de um texto. Compreender isto é ler percebendo o contexto sócio-histórico-cultural de se mesmo.

Conseqüentemente, podemos avaliar, primeiramente, a acuidade da importância do papel do professor como leitor o qual serve de modelo para seus alunos e a função de mediador que tem no processo de instrução da aprendizagem. O aluno precisa de apoio, informação, incentivo e dos desafios proporcionados pelo professor.

Assim, o aluno vai refletir, progressivamente sobre a importância da leitura e da escrita em seu domínio no contexto social e escolar.

Importante nortear que a coerência, o prosseguimento e o progresso da interferência no trabalho com a leitura são primordiais, pois os métodos decorrentes dessas tarefas necessitam de um processo longitudinal, pois, conseqüentemente advêm durante toda a vida escolar e delongassem por toda a vida, agregando à pessoa cada vez mais leituras no sentido pleno da palavra.

Desse modo, acredita-se que tenha sido instigada uma visão diferenciada sobre as inferências na oralidade: uma reflexão oral e escrita e seus aspectos de interação na construção de sentido e conhecimento através da boa leitura e da escrita.

Palavras Chave: Oralidade, linguagens, síntese e interação social.

REFERÊNCIAS

- ✓ BAKHTIN, Mikhail M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- ✓ BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**, 2004.
- ✓ CAVALCANTE, M. C. B; MELO, C. T. V. de. **Oralidade no ensino médio: em busca de uma prática** In: BUZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.). **Português no ensino médio e a formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 181-198.
- ✓ FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 22.ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988.
- _____. **Da leitura do mundo à leitura da palavra. Leitura: teoria e prática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Nov. 1982.
- ✓ LAJOLO, Marisa (Org.). **A importância do ato de ler**. São Paulo: Moderna, 2003.
- ✓ MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ✓ KLEIMAN, A. B. **Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 1995.
- ✓ KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- ✓ MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.
- ✓ _____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez 2001.
- ✓ RANGEL, E. **Livro didático de língua portuguesa: o retorno do recalcado**. In: DIONÍSIO, A.; BEZERRA, M. A. **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- ✓ SCHNEUWLY, B. **Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontológicas**. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de letras, 2004.
- ✓ SOARES, M. **Português: uma proposta para o letramento**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.